



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 381/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1522/2014 (05 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALE/AM.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Josué Cláudio de Souza Neto, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD – Informação Conclusiva nº 08/2016 (fl. 933/940).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2492/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fl. 941/944).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Exercício de 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Determinação à Origem. Quitação. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar a Prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. **Josué Cláudio de Souza Neto, Regular com Ressalvas**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Determinar à origem que proceda à correção das pendências referentes às conciliações bancárias dos anos de 2003 a 2010 junto à SEFAZ, nos termos da Informação Conclusiva nº 08/2016, às fls. 933/940;

9.3- Dar quitação ao Responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.4- Finalmente, determinar o arquivamento do presente processo

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de Maio de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 381/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral